

José Reis

Faculdade Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais

Observar a Mudança: o papel dos Estudos Rurais*

1. O problema, os métodos e os temas: a ansiedade do conhecimento evolucionista nos estudos rurais de há vinte anos

Vou guiar-me pela ideia de que o tema do rural, para além das questões substantivas que comporta, tem sido, por sistema, uma boa chave para interpelar a matriz socioeconómica, simbólica e material da nossa formação social, bem assim como alguns dos principais aspectos da sua natureza estrutural e da sua evolução. É particularmente significativo que assim seja, numa sociedade como a portuguesa, que manifesta tão frequentemente grandes dificuldades em reconhecer as suas estruturas internas. Talvez esta dificuldade se deva ao facto de as mais significativas das tendências pesadas que a têm marcado serem habitualmente tendências de extroversão ou de influência externa. Creio que não faltam exemplos: demos sempre mais atenção à viragem exportadora da nossa economia, nos anos sessenta, do que à industrialização de base endógena dos anos cinquenta; tivemos sempre mais sensibilidade para com o fenómeno emigratório do que para com a forma rápida e dúctil como uma percentagem elevada da população residente, regressada subitamente ao país em 1975, se inseriu social e economicamente, tornando-se depressa num não-problema;

* Conferência no “Plenário Inicial” do 1º Congresso de Estudos Rurais - Território, Sociedade e Política: Continuidades e Rupturas, da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 17 de Setembro, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

compreensivelmente, insistimos mais nos olhares que deitamos à integração europeia enquanto fenómeno de transnacionalização do que enquanto fenómeno produtor de regionalização e de dinâmicas de proximidade no quadro da evolução do sistema europeu e mundial (vemos o Euro e esquecemos Espanha?); conhecemos pior o interior, o nosso sistema urbano e as grandes dinâmicas do território nos anos oitenta e noventa do que as periferias da metrópole lisboeta onde afluem populações em mobilidade; entendemos com mais facilidade os movimentos das empresas que entram e saem do que os sistemas produtivos localizados. Aliás, seria interessante que isto não viesse a passar-se com a mais impressionante novidade sociológica deste início de século, que é o acolhimento ao longo do país (e não apenas na Grande Lisboa) de imigrantes, como os que têm vindo dos países do leste europeu, cujo grau de interpelação da sociedade portuguesa me parece que será muito significativo.

Se o pressuposto que acabei de usar for certo, se de facto atendemos mais ao que representam as relações de alteridade do que as de identidade, o problema principal não estará apenas na desproporção relativa dos dois tipos de conhecimento (cuja distinção resulta de eu ter partido de uma dicotomia que tenho a consciência de ser arbitrária e, porventura, injustificada), mas no facto de não ficarmos municiados com um instrumento muito necessário — o conhecimento dos processos colectivos, do "processo da vida", daquilo que melhor caracteriza as sociedades e as suas dinâmicas socioeconómicas, e que se exprime na matriz estrutural interna.

E haverá uma segunda consequência: a desatenção para com o "processo da vida" comporta em si mesma a dificuldade de atribuímos um papel relevante à incerteza e ao experimentalismo enquanto matéria essencial de que é feita a evolução social. Quer dizer, é

seguro que só um caminho atento aos processos concretos que marcam as formações sociais, um caminho em que sejamos capazes de olhar para dentro, reduz o risco de fazermos do nosso trabalho um exercício de mecânica fria, apriorística e abstracta, um exercício ansioso de ser predictivo mas pouco capaz de se tornar cultural, colectivo, interdisciplinar, processual e evolucionista. Pretendo significar com isto que, na medida em que se geram dificuldades de reconhecimento das nossas estruturas internas, o conhecimento no meio do qual nos movemos tenderá a ser determinista, unilateral e excessivamente mecanicista. É, por isso, que em certos momentos (há anos sobre a pequena agricultura; hoje sobre a globalização) é forte a propensão de muitos para insistirem em trajectórias obrigatórias, modelos incontornáveis, tendências que não vale a pena contrariar. É nessas alturas que se torna particularmente importante contrapor hipóteses rivais e inquietações construtivas.

Creio que estão a adivinhar o meu fito; provavelmente até notam a pressa e reparam na absoluta ausência de qualquer resistência a uma certa ansiedade com que quero atribuir méritos a todos os que (depois de tantos outros) nos interessávamos pelos estudos rurais há vinte e tal anos, ligados à ideia de que valia a pena “questionar o princípio hegemónico do sistema social” e dar sentido a um “sector da realidade económica portuguesa” presente no quotidiano de muitas prática correntes e capaz de contribuir para o esclarecimento das complexidades da vida colectiva (era esta a linha geral dos objectivos de I Colóquio de Estudos Rurais de 1981, cuja evocação me foi pedido que não me esquecesse de fazer, certamente com a parcialidade de ter sido um dos seus organizadores).

É verdade — vale mais assumi-lo desde já — que estou a atribuir à agenda de investigação de finais de setenta princípios de oitenta sobre o rural uma preocupação mais metodológica

e problemática do que disciplinar ou sectorial. Os seus efeitos (mais ou menos fracos, mais ou menos fortes) repercutiram-se tanto na leitura que queríamos fazer da sociedade portuguesa, quanto na que queríamos fazer dos meios rurais e das actividades agrícolas. E, com isso, quero chegar à conclusão de que — ao interessarmo-nos pelos processos, pelos agentes, pela fenomenologia e pela evolução e ao rejeitarmos as trajectórias únicas e pré-determinadas e os modelos técnicos e sociais obrigatórios — estávamos em busca de uma visão institucionalista das nossas realidades socioeconómicas, se dessa visão tivermos o entendimento que ela representa uma preocupação com a percepção das racionalidades dos agentes, da contingência dos processos sociais, das dinâmicas contextuais, das capacidades geradas pela proximidade e pelos processos relacionais (para uma apresentação do institucionalismo em economia cf. J. Reis, 1998).

Os estudos rurais eram há vinte anos, tal como hoje, um excelente campo para estas finalidades mais gerais, quando a investigação socioeconómica estava a querer desenvolver-se e uma comunidade de cientistas sociais se instalava e procurava consolidar-se. Creio que nenhum de nós era ruralista, e muito menos o somos agora. Também não quero defender que os estudos rurais eram um simples pretexto, uma espécie de problema *à mão de semear* (é clara e óbvia a pertinência empírica do tema, a sua tradição nos estudos portugueses e a sua centralidade nas questões da economia, bem assim como a sua autonomia disciplinar). Mas parece-me certo que nos estudos rurais se concentraram preocupações e interesses cujo significado e amplitude ultrapassavam em muito a própria matéria empírica.

De facto, foi neste campo de estudo que se condensaram muitos dos interesses que outros temas haveriam de ajudar a desenvolver a seguir. Diversidade e diferenciação,

comportamentos relacionais e processos contextuais, economia moral, conhecimento tácito – eis algumas das questões que não sou capaz de desligar das motivações, dos métodos, da retórica de persuasão, que usámos e que eu suponho que posso associar a, pelo menos, uma parte das preocupações que moviam quem se interessou pelos estudos rurais.

Julgo que é defensável dizer-se que há duas décadas os problemas da diferenciação das estruturas materiais e sociais da economia apelavam essencialmente para que se concedesse atenção analítica à *agricultura* e ao mundo *rural*, tidos como os únicos elementos de variação relativamente à natureza urbana e industrial do capitalismo: o princípio e os fundamentos da heterogeneidade e da segmentação eram essencialmente de base sectorial, no plano produtivo, e cultural, no plano simbólico. Não apenas o recurso teórico mais à mão era o que relevava da problemática marxista da articulação de modos (ou formas) de produção, como as referências empíricas principais eram também as que resultavam da questão camponesa, do problema da subsistência (ou resistência) da agricultura familiar, da dificuldade de alcançar a homogeneização dos modos de produzir através da simples integração mercantil e tecnológica.

Não tardou, contudo, que a análise dos processos de diferenciação e mudança se afastasse desta concretização apenas sectorial e que o problema a interpretar fosse de outra natureza, aliás transversal a toda a espessura social e económica. O *território*, enquanto meio e contexto de vida e de organização material e simbólica e enquanto capital de possibilidades e de conhecimentos; a *iniciativa*, enquanto expressão das capacidades dos actores; a economia moral e ética dos comportamentos produtivos e institucionais que organizam *sistemas locais*; as *redes de proximidade*, enquanto matriz dos comportamentos; as *instituições*, enquanto evidência que a coordenação dos agentes económicos se faz também

para além do mercado – tudo isto passou a estar presente, de forma transversal, na avaliação do modo como as economias se organizam e foram vários os desenvolvimentos temáticos e disciplinares levados a cabo.

Entretanto, a vulgarização das leituras sobre a globalização da economia fez diminuir consideravelmente as discussões sobre a qualidade intrínseca (a valia própria) das estruturas específicas e dos processos diferenciados que são objecto de análise. Por isso, passou a insistir-se sobretudo na sua natureza *derivada, sobredeterminada*, visto que a heterogeneidade da vida colectiva deixaria de ter conteúdo *estrutural* significativo, sendo antes uma heterogeneidade *funcional*, ao serviço daquela globalização. Neste sentido, a segmentação e a diferença pertinentes apenas seriam as que resultem da possibilidade de um determinado processo ser ou não funcionalmente integrado, isto é, “posto ao serviço” de lógicas de exploração exógenas e globais.

Mas não me parece que esta seja a interpretação correcta, pois são muitos os problemas analíticos que — na sequência do ponto de partida representado nas discussões sobre o rural e a pequena agricultura — exprimem os movimentos diferenciadores da economia. É por isso que vale a pena manter uma linha de tensão permanente que contraponha uma visão “determino-finalista” a uma visão “heterogénea” sobre a economia dos nossos dias (J. Reis *et al.*,1999).

2. Qual foi a trajectória da sociedade portuguesa dos últimos vinte anos?

As sociedades não percorrem trajectórias pré-definidas. A única trajectória certa é a do inesperado. É dessa incerteza certa que nascem o experimentalismo, a riqueza da evolução, as vantagens da diversidade. É por esta razão que têm razão os que não confiam em modelos obrigatórios ou soluções técnicas incontornáveis. A sociedade portuguesa, vinte anos passados é um bom exemplo disto mesmo e o que se passou no mundo rural só o sublinha.

Hoje quando falamos do rural e das transformações que ele regista estamos, em grande medida, a falar de urbanização (das ocupações profissionais, dos modos de vida e de consumo, das formas de locomoção...); estamos, em grande medida, a falar de espaços da indústria; estamos, em grande medida, a falar de espaços de lazer; estamos, em grande medida, a falar de processos de produção de valores simbólicos.

De resto, parece-me claro que, devido à sua expressão territorial, os meios rurais e de organização difusa são, em Portugal, expressão cimeira de muitas das mais profundas transformações que a nossa sociedade tem registado. Quais são essas transformações? Seria exagerado procurar traçar aqui as características socioeconómicas mais marcantes da trajectória percorrida pela sociedade portuguesa nos últimos vinte anos. Mas quero seleccionar quatro factos relevantes que distinguem o Portugal de hoje do de há duas décadas: uma maior urbanização, um maior cosmopolitismo dos comportamentos, uma mais intensa relação com os mercados de trabalho e uma maior territorialização das

práticas quotidianas. Cada um destes indicadores resultam de o ângulo de observação que privilegio ser a intensificação das inter-relações sociais.

A maior urbanização. Em Portugal, 3/5 da população reside num espaço de características urbanas, quer se trate das duas áreas metropolitanas, de um centro urbano ou de freguesias situadas a menos de 5 quilómetros de um centro de mais de 10 mil habitantes. Na Região Centro, 3/4 da população reside a menos de meia hora dos centros que estruturam os cinco eixos ou constelações urbanas que asseguram o travejamento regional. A questão principal não está, contudo, na maior ou menor distância a que os lugares se situam, mas no facto de a meia hora de distância que separa uma aldeia da sua sede de concelho servir hoje para estabelecer uma relação de proximidade, quando antes, em vista da natureza e dos ritmos das ocupações e dos níveis de consumo e de fruição da provisão de bens-públicos, era uma relação de distância que predominava.

O maior cosmopolitismo dos comportamentos. A televisão, o acesso a comunicações instantâneas, a publicidade, o turismo e a imitação são, como todos sabemos, poderosos instrumentos de transformação das atitudes e das acções individuais, em qualquer meio. Daí resulta um crescente cosmopolitismo, no estrito sentido em que se geram comportamentos abertos, sujeitos à influência da imitação. O que me parece essencial é a ideia de que, nos meios rurais e de urbanização difusa, essa mudança não é entendível sem a associarmos às relações de proximidade dinamizados pela cidade ou vila que polariza a vida local, pelo comércio, pelos serviços acessíveis.

A mais intensa relação com os mercados de trabalho. Recorde-se que Portugal tem uma taxa de actividade elevada, superior à da União Europeia e bastante superior à dos países

periféricos; que a taxa de actividade feminina é também muito elevada¹; que os níveis de assalariamento são mais baixos que a média europeia e, esses sim, comparáveis aos dos outros países periféricos; e que tudo isto ocorre num contexto de reduzida mobilidade do emprego, com forte diversidade regional dos sistemas de emprego. De facto, tal como acontece com os comportamentos de consumo, de lazer, de sociabilidade, também com os mercados de trabalho estamos perante relações territorialmente construídas. Se o indicador do emprego industrial for significativo (e é, na parte que lhe cabe), são muito interessantes, do ponto de vista que estou a propor, as conclusões do trabalho de Artur Furtado e João Fermisson (2001). De facto, entre 1982 e 1998, o emprego industrial em Portugal, sofreu uma muito acentuada desconcentração regional, pois enquanto as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (que em 1982 representavam 48% do total) perderam, respectivamente, 42% e 24% desse emprego, registaram-se crescimentos ao longo de grande parte dos territórios regionais, em geral caracterizados por formas de organização difusa². Quer se trate de uma “migração” do emprego industrial, quer da criação *in situ*, numa base local, o que parece certo é que a relação dos indivíduos e das famílias com mercados de trabalho com as características que a oferta de emprego industrial lhes traz representa um sinal muito significativo da variação registada na intensidade das interacções locais que os envolvem.

¹ Nos serviços situa-se em valores semelhantes aos dos países mais avançados, no secundário equivale-se a países do terceiro mundo e a países europeus menos desenvolvidos, na agricultura é, em termos absolutos, muito elevada (V. Ferreira, 1999).

² Para além das NUTIII do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo, as perdas registam-se em NUTIII com expressão urbana e emprego nos serviços (Algarve e Baixo Mondego) e na Beira Interior Sul e na Serra da Estrela.

A maior territorialização das relações sociais. É este conjunto de processos que associa à maior territorialização das relações sociais. Com efeito, a urbanização é, na sua grande parte, o resultado da intensificação das relações quotidianas de proximidade (pelo trabalho, pelo consumo, pelo uso dos serviços públicos) com centros e eixos urbanos, mais do que processos de mobilidade acentuada e de deslocação definitiva. Ora, esses meios atractivos são a espinha dorsal dos diferentes territórios regionais e sub-regionais que compõem o nosso sistema nacional: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com os seus prolongamentos periféricos directos e as suas cidades complementares, respectivamente Setúbal e Braga; Coimbra, como único centro urbano de mais de cem mil habitantes que estrutura autonomamente um território; os eixos criados pelas cidades médias do litoral ou pelas do interior, onde sobressaem os casos de Vila Real, Régua, Guarda ou Castelo Branco.

É, aliás, nessa interacção intensa dentro dos territórios regionais que se originaram as mais profundas aberturas das economias familiares e as mais significativas transformações dos comportamentos. Como já referi, entendo que mesmo aquilo a que chamei o cosmopolitismo dos comportamentos tem uma primeira dimensão que se exerce localmente: pelos consumos, pelo lazer, pela imitação e pela moda, pelo trabalho. A influência da cidade próxima, o uso do supermercado nas compras habituais, a disponibilidade dos serviços públicos (saúde, escola) segundo uma lógica de proximidade transformada pelos transportes encerrou definitivamente a autarcia local e rural e colocou as relações entre os pequenos lugares e os centros regionais numa dimensão radicalmente diferente.

Ora, nesta profunda territorialização das estruturas internas da nossa economia, a

interpretação do significado do rural e das relações com o espaço continua a ser um tema essencial. Fernando Oliveira Baptista (2001) já nos recordou muito bem que “a hegemonia da agricultura sobre o território” não persiste como noutras fases do desenvolvimento socioeconómico, assim como sublinhou a “independência entre a geografia e as relações sociais”. Por isso, o rural que se identifica no território português — e a identificação faz-se literalmente para todo o território português — é sempre um sujeito relacional: ou é *rural urbano*, porque é intersticial, situando-se em zonas de grande densidade demográfica, de emprego secundário e terciário largamente predominante, de urbanização acentuada; ou é *rural assente na indústria e nos serviços*, porque se articula com a indústria e os serviços em contextos de urbanização difusa; ou é *rural de baixa densidade*, porque exprime a presença significativa da agricultura enquanto actividade mas também exprime a rarefacção territorial; ou é *rural agrícola* porque evidencia a situação em que a hegemonia da agricultura sobre o território ainda tem significado.

3. O que é que aí vem?

Enquanto nos interessarmos pelo rural é porque nos interessamos pelas pessoas, pelos territórios, pelas sociabilidades, pela proximidade relacional, pelas capacidades que originam ancoragens qualificantes dos processos de desenvolvimento. E é também porque nos interessamos por uma forma de produzir que associamos a modos de vida que queremos ver como recursos para a reinvenção social. Hoje, as estatísticas já nos mostram que o número de explorações agrícolas em Portugal já decresceu espectacularmente e já são só cerca de 380 mil, em vez daquele arrelhador número de cerca de 800 mil há pouco tempo atrás (somos até o país europeu onde a década de noventa mais saneou as estruturas

agrícolas, visto que “desapareceram” 30% das explorações de menos de 5 ha.). A população agrícola familiar é 12% da população residente total, a percentagem da população das famílias com explorações agrícolas é 37% da população rural e esta é 51% da população residente. Só 33% das explorações familiares são fonte exclusiva ou principal do rendimento doméstico. O tempo de trabalho dedicado à exploração e a parte do rendimento que dela é proveniente é, para a larga maioria das famílias, uma parte menor, mas estão longe de ser marginais. Afinal, o retrato conhecido da afirmação das lógicas pluriactivas.

Ao mesmo tempo que tudo isto se passa — isto é, que os indicadores regridem sem que simultaneamente seja fácil caracterizar os territórios que compõem o país deixando de avaliar a sua matriz rural e que esta, por sua vez, conhece metamorfoses muito rápidas —; ao mesmo tempo que estes são sinais de uma evolução significativa que contraria os pressupostos de imobilismo; ao mesmo tempo que isto acontece, parece também claro que as mudanças do meio rural e a maior territorialização das práticas socioeconómicas comportam uma mais intensa relação quer com as políticas públicas, quer com agentes externos (que seguem essas políticas). Esta dupla abertura do espaço rural (a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e novas lucratividades e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais) é concerteza o grande traço de novidade para o que aí vem. Resta, pois, continuar a observar de que modo abertura e mudança geram novas mudanças.

Já sabemos que a discussão sobre diferenciação das economias está hoje profundamente limitada por uma ideia acerca da globalização que é tributária do princípio da tendencial homogeneização dos sistemas económicos e pela noção de que a diferença só existe como

recurso instrumental da integração. Parece-me, contudo, que não tardará que se reavaliem as capacidades de iniciativa e as margens de manobra de que os diferentes sistemas dispõem e que lhes servem, não para se tornarem autárquicos ou “independentes”, mas para revelarem poder de influência na estruturação dos contextos (de maior ou menor proximidade) em que funcionam. Creio que, nesse caso, continuaremos a revisitar o rural, independentemente do modo como o designarmos ou das articulações que lhe atribuamos.

De um processo deste tipo não-de fazer parte três elementos essenciais que definem os territórios: a capacidade institucional; os mecanismos de aprendizagem e de produção de conhecimentos; o seu conteúdo urbano, entendido não como simples lógica de consolidação de cidades mas como uma forma de fixação de recursos capacitantes³. Creio que esses serão elementos para continuarmos a pensar as sociedades com entidades estruturalmente assentes na diferenciação e na diversidade. E essa é uma razão positiva para algum optimismo.

³ Uma visão estimulante para discutirmos de que modo os espaços diferenciados e habitualmente considerados como marginais podem constituir-se em agentes de desenvolvimento é a que é feita por A. J. Mendes Baptista (1999), a propósito do interior.

Referências Bibliográficas

- Baptista, Fernando Oliveira (2000), “O espaço e o rural”, *A economia portuguesa numa economia globalizada*. Vol. II. Lisboa: APDEA, pp. 19-77.
- Ferreira, Virgínia (1999), “‘All women are working women’: padrões de evolução da segregação sexual do emprego nos anos 90”, *A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização*. Vol. II: *Globalização e processos de transformação da economia*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 161-228.
- Furtado, Artur e Fermisson, João (2001), “Evolução do perfil industrial das regiões portuguesas no período 1982-1998: diversidade, tendências e implicações”, *Como está a economia portuguesa?*. Lisboa: CISEP, pp.301-315.
- Mendes Baptista, A. J. (1999), *Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Reis, José (1998), “O institucionalismo económico: crónica sobre os saberes da economia”, *Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 11, pp.130-49.
- Reis, José; Tolda, João e Coelho, Lina (1999), “A diferenciação das economias: visões dos últimos vinte anos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, pp.119-139.

